

A UNIVERSIDADE E O PROFESSOR E O ENSINO SUPERIOR EM TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL

Prof. Me. Rogerio Tineu¹

Resumo

O presente trabalho destina-se ao estudo e reflexão das transformações recentes do ensino superior do Brasil e quais as implicações dessas transformações na universidade e nos professores frente ao desenvolvimento social do país em meio ao processo neoliberal da economia. Para tanto, as IES devem desenvolver e oferecer cursos específicos, formar profissionais especialistas que atendam as necessidades do mercado de trabalho. E neste contexto qual deve ser a contribuição do professor na construção do ensino superior, bem como o seu perfil, qualificações que podem interferir nos projetos pedagógicos dos cursos a fim de garantir a consecução do papel das universidades.

Palavras-chave: Educação. Ensino Superior. Universidade.

Abstract

This work applies to study and reflection of the recent transformations of higher education of Brazil and what the implications of these transformations at the university and professors in front of the social development of the country in the process of neoliberal economy. For both, the universities should develop and offer specific courses, train professionals specialists that meet labour market needs. And in this context which should be the contribution of professor in construction of higher education, as well as your profile, qualifications which could interfere with pedagogical projects of courses in order to ensure the attainment of the role of universities.

Keywords: Education. Higher education. University.

Introdução

O recente *boom* do ensino superior privado no Brasil fez e faz as IES construírem e reformularem seus projetos pedagógicos em função de constantes mudanças e exigências de um mercado de trabalho extremamente competitivo. A adoção de uma política econômica

¹ Prof. do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

neoliberal no país acirrou ainda mais a busca por excelência competitiva das empresas e funcionários cada vez mais bem preparados e é natural que esta pressão chegue às IES.

O ambiente interno das IES configura-se como um espaço dual, se de um lado as pressões do mercado as levam a se preocuparem incessantemente pelo equilíbrio financeiro, rentabilidade e contenção de custos, já por outro lado o papel social da universidade não é de fato contemplado.

Talvez o Estado nacional tenha, na esteira do neoliberalismo, transferido a responsabilidade da formação de novos profissionais ao mercado e este não teve capacidade de compreender as reais necessidades do mercado de trabalho e do país sob o ponto de vista estratégico. A visão empresarial que deveria ser de médio ou de longo prazo, às vezes, não passa de uma turbidez efêmera.

Chauí *apud* Pimenta & Anastasiou (2002, p.167-168) a respeito da finalidade da universidade afirma que: “[...] fica explícita a diferença entre a universidade enquanto instituição social – proposta e razão de sua existência, no século XIII – e enquanto entidade administrativa, dotação que lhe é imposta no modelo neoliberal.”

O déficit de profissionais que o Brasil enfrenta hoje é fruto do não investimento privado e público em cursos como o de engenharia, que necessita de investimentos substanciais em estrutura física (laboratórios, técnicos, manutenção, por exemplo) o que, em alguns casos, acaba por inviabilizar financeiramente o negócio. Daí boa parte das IES preferirem investir seus recursos em cursos que demandam baixos investimentos e pouca infra-estrutura. Estes cursos são vulgarmente chamados, no meio acadêmico, de “cuspe e giz”, ou seja, professor e sala de aula.

Mas a questão é: É função das IES formarem/prepararem profissionais voltados a cada uma das especificidades do mercado de trabalho? Será que é papel das IES tomarem decisões que envolvem o futuro do país no que tange a formação de profissionais e especialistas para áreas sensíveis da economia?

Outra questão importante é com relação às características da IES, se é uma instituição que optou pelo ensino de massa, fundamentada nas economias de escala ou o oposto, um ensino artesanal e segmentado, especializado em um grupo determinado de cursos e carreiras.

Algumas das respostas a estas questões podem estar contidas no projeto pedagógico da IES e na determinação dos perfis dos professores que lecionaram dentro de um novo modelo educacional que ao mesmo tempo busca dar uma formação humanística, crítica e analítica aos seus alunos e também deve instrumentalizá-los ou torná-los aptos a exercer atividades que os coloquem rapidamente no mercado de trabalho.

As exigências das empresas e suas críticas às IES no sentido de que elas não formam o aluno para o mercado de trabalho fazem com que o ensino superior tenha como objetivo maior a adaptação de seus currículos a tais necessidades, o que promove profundas e constantes alterações nos projetos pedagógicos, não estabelecendo assim uma identidade para a IES, para as áreas de conhecimento e, por fim, a cada um de seus cursos. Também a falta de integração e cooperação do corpo docente promove a desmobilização de recursos que deveriam ser destinados à construção do projeto pedagógico institucional e a cada um dos cursos oferecidos pela IES.

O novo papel do ensino superior no Brasil

Para Sguissari (2002), as mudanças na educação superior brasileira, implantadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), fazem parte de um contexto econômico maior, no qual a integração à economia mundial muda o papel da educação superior, pois diante das demandas da sociedade do conhecimento, as universidades são pressionadas a tornarem-se mais autônomas, independentes da direção do Estado, e mais voltadas às exigências do mercado. O autor, citando o trabalho de Rodriguez, *Reformas en los Sistemas Nacionales de Educación Superior* (2002), que analisou as mudanças da educação superior em 14 países, afirma que as ocorridas no Brasil, dentre elas a criação dos cursos tecnológicos, encontra paralelo nas políticas e reformas da educação superior adotadas em outros países como Canadá, Austrália e Argentina.

Sguissari (2002) afirma, ainda, que essas mudanças na educação superior ocorreram de forma semelhante em países diversos em função da defesa, por parte do Banco Mundial, de algumas teses a respeito do tema, sendo que a principal delas é a de que o ensino superior seria antes um bem privado que público, e que se trata de um elemento de valor tanto para as pessoas, quanto para os países, pois aumenta a capacidade de competição do país no mercado internacional. O autor identifica uma evolução do sistema educacional de um modelo centrado na autonomia das Universidades para um modelo centrado na heteronomia, no qual setores externos influenciam a definição da missão, dos cursos e dos currículos destes cursos.

No Brasil as reformas da educação superior guardam semelhanças com as ocorridas nos países citados. De especial interesse para o estudo é a criação e a regulamentação dos Cursos Superiores em Tecnologia (CST), como uma forma de aproximar ainda mais o ensino às necessidades do mercado de trabalho. A criação destes cursos é marcada pela construção de currículos que tentam atender as necessidades do mercado de trabalho de forma prática e, ao

mesmo tempo, sirvam como indicadores do desempenho nacional frente a uma política econômica neoliberal.

Por outro lado, as IES privadas no Brasil estão claramente adotando estratégias de marketing e procurando se posicionar no mercado de forma diferenciada, ou seja, estão se valendo das forças do mercado. De maneira geral, algumas delas buscam o ensino de massa, tendo seu diferencial nos baixos preços das mensalidades. Outras procuram ser reconhecidas no mercado por um ensino diferenciado e segmentado, seja com a oferta de cursos inovadores ou por cursos artesanais voltados à elite com preços também diferenciados e, portanto, elevados. Esta postura adotada pela IES acaba por interferir na construção dos projetos pedagógicos e em sua consecução.

Aqui não cabe fazer juízo de valor com relação à qualidade dos cursos em si, pois caberia uma pesquisa aprofundada no sentido de comparar os desempenhos dos alunos formados nas IES que optaram pelo ensino de massa ou pelos cursos artesanais. Muito embora o processo de ensino-aprendizagem se demonstre mais eficaz em turmas menores, professores melhor preparados e envolvidos com o curso, a carreira e a escola.

Especificamente com relação ao ensino de massa no Brasil, pode-se afirmar que é um novo paradigma segundo as concepções mais ortodoxas da educação. Porém, deve levar-se em consideração que no caso do Brasil não houve tempo hábil para a formação de novos professores bem qualificados para atuar em salas de aula lotadas, mormente o que se presencia são profissionais recém formados sendo convidados a ministrar aulas sem o devido preparo para a docência.

Com relação à qualificação dos professores para um ensino de massa Castro (2006, p.218) afirma que:

Mesmo nos Estados Unidos, o país pioneiro da expansão do ensino superior, o crescimento foi relativamente lento e começou muito cedo. Com isso, foi possível dispor de professores bem qualificados para quase todos, pois houve muito tempo para a preparação [...]

A reflexão a respeito da atual realidade do ensino superior no Brasil é feita na forma de indagação: Será que estamos formando profissionais e cidadãos de categorias distintas? E, portanto, aprofundando as mazelas sociais e reforçando a tese dos reacionários sobre a necessidade de distinção de classes sociais como forma natural de prevalência de alguns sobre a grande maioria? Ou o acesso ao ensino superior pura e simplesmente já é um indicador de melhora nas condições de cidadania do povo brasileiro e uma inserção do país em um novo patamar social, cultural, político e econômico?

Os fatores necessários para a construção de um projeto pedagógico em Instituições do Ensino Superior

O projeto pedagógico é reflexo da opção feita pela IES com relação ao tipo e formato de ensino, seja ele um ensino de massa ou um ensino artesanal e segmentado. Talvez existam formas intermediárias, mas isto é o próprio mercado que irá descobrir. De qualquer maneira é no projeto pedagógico institucional e dos cursos que se materializam as vontades e diretrizes da IES.

Para a construção de um projeto pedagógico concernente com a realidade de uma sociedade contemporânea devem ser levados em consideração os seguintes fatores: interesses do empresário e tipo de atuação no mercado (ensino de massa ou artesanal) e somente a partir daí determinar as principais características do corpo administrativo, do corpo docente, mix de produtos (cursos), público-alvo (alunos), projeto pedagógico, mercado de trabalho e o ambiente externo em relação às IES (legislação, política, economia, mercado concorrencial, entre outros).

A seguir são descritos de forma breve cada um dos fatores:

- (a) **Empresário:** aqui devem ser levadas em consideração as questões relativas às exigências e objetivos do empresário/investidor como taxas de rentabilidade, taxa de retorno, lucro esperado, cumprimento do papel social da empresa, ou seja, passa necessariamente pelo atingimento de metas e objetivos determinados pelos administradores, pela saúde financeira da empresa e de seus proprietários.
- (b) **Corpo administrativo:** procura equalizar e atingir os objetivos propostos pelo empresário e atender às necessidades do corpo docente (área acadêmica) e dos alunos sem comprometer o desempenho da IES.
- (c) **Corpo docente:** também pode ser entendida como área acadêmica, é a que está em uma posição estratégica no ambiente organizacional e acaba sofrendo pressão de vários lados. De um lado estão os alunos (na condição de clientes) e do outro o corpo administrativo da IES exigindo o cumprimento de metas e regulando o fornecimento de recursos. O corpo docente deve ter, portanto, um conjunto de habilidades e competências adequadas às suas funções que não é apenas o de “dar” aulas.
- (d) **Mix de produtos:** composto pelos cursos e pelo grau de formação de cada um deles (tecnológico, licenciatura, bacharelado, pós-graduação *lato sensu*, *stricto sensu*: mestrado e doutorado). A definição deste *mix* depende de quais são os objetivos da IES e em seguida devem ser traçadas estratégias que levem ao atingimento dos seus objetivos.

e) Público-alvo: neste ponto a IES pode determinar estratégias de posicionamento de mercado ou estratégias de segmentação de mercado que leve em consideração públicos específicos (segmentação por nível socioeconômico, geográfica, imagem e qualidade do produto são alguns exemplos) para cada um dos cursos oferecidos pela IES. Em grandes metrópoles, como é o caso específico da região metropolitana de São Paulo, deve ser levado em consideração os locais de residência, de trabalho e o trajeto realizado pelo público alvo da IES, para minimizar custos com deslocamento, estresse diário no trânsito e facilidades de acesso do futuro aluno. Concomitantemente a estas questões a IES deve investir em imagem e qualidade de seus cursos que, talvez, terá um peso decisivo no momento da efetivação da matrícula.

(f) Projeto pedagógico: pode ser entendido como o cerne de um curso (ou produto na linguagem de marketing). É no momento da concepção do projeto pedagógico que são levadas em consideração as decisões tomadas pela IES na busca de um determinado segmento de mercado, na contratação e formação de um corpo docente singular em seus perfis, na elaboração de suas estratégias e objetivos empresariais e na sua capacidade de compreensão das mensagens emitidas pelo mercado de trabalho e da sociedade em geral.

(g) Mercado de trabalho: embora o mercado de trabalho seja um elemento do ambiente externo, para o caso específico das IES, deve ser dada atenção singular às necessidades, exigências e tendências desse mercado. Ao mesmo tempo a IES deve discernir o que é realmente relevante do que são modismos e pirotecnia para não incorrer em erros de investimentos, desvios de rumos constantes em favor desta ou daquela tendência de mercado. As IES devem contemplar em seus projetos pedagógicos a formação do cidadão e não promover o reducionismo em seus cursos a fim de atender especificidades de demanda; caso isso seja necessário devem ser elaborados cursos sob medida (fenômeno da customização) como é o caso dos *courses in company*. Ainda, as empresas que compõem o mercado de trabalho, segundo Fleury & Fleury (2004, p.47-69), baseiam suas estratégias de aumento de competitividade no conjunto das competências de seus recursos humanos e na sua capacidade de aprendizagem.

(h) Ambiente externo: a IES está em um ambiente (social, econômico, político, cultural e de negócios) regido por uma política neoliberal e um capitalismo moderno que se caracteriza pelo respeito e racional utilização dos recursos naturais, ações de responsabilidade social e de respeito aos direitos humanos. Hoje as grandes corporações levam essas novas regras do capitalismo para decidir onde, como e quanto investir seus recursos financeiros, mas ainda prevalece o regime capitalista e sua divisão de classes e parece que nem mesmo este novo capitalismo conseguiu pôr fim a desigualdade social. Portanto, a economia é regida pelas

regras do neoliberalismo e de um capitalismo informacional no qual, segundo Castells (1999) e de acordo com uma análise marxista, a divisão das classes sociais que antes da revolução tecnológica do pós-guerra era composta pela classe operária e pelos capitalistas. Hoje passa a existir uma classe de trabalhadores da informação que operam com conhecimentos e recursos tecnológicos extremamente complexos e avançados e que não podem ser considerados simples trabalhadores que executam operações repetitivas e pré-determinadas. Nesta nova classe trabalhadora são encontrados os analistas, consultores, engenheiros, médicos, advogados, administradores, economistas, sociólogos, professores, pesquisadores, cientistas, entre outros, que promovem os avanços científicos, tecnológicos, informacionais, administrativos de uma empresa ou nação.

O papel do corpo docente na construção de uma Instituição de Ensino Superior

O corpo docente e a área acadêmica têm papel fundamental na construção do projeto pedagógico institucional e, por conseguinte, de cada um dos cursos oferecidos pela instituição.

A materialização do projeto educacional se dá pela via da reflexão das práticas docentes, sejam reflexões individualizadas e do conjunto do corpo docente. Para que se processe a mudança e a transformação de paradigmas incrustados na prática docente.

Perrenoud (2002, p.104) diz que a transformação de alguém em um profissional reflexivo não pode ser improvisada. Somente a cultura teórica não se demonstra suficiente, embora seja necessária. Para a prática da reflexão, é fundamental a participação do docente em pesquisas. Porém, essa iniciação não constrói os hábitos e as competências de regulação da prática pela reflexão sobre e na ação. A prática reflexiva deve ser um objetivo e constar no currículo de formação de professores.

Professores reflexivos, *grosso modo*, constituem currículos e projetos pedagógicos que proporcionam, estimulam e instrumentalizam práticas de ensino reflexivo na sala de aula. Mais uma vez a necessidade de professores bem preparados se faz presente, seja no ensino de massa ou no artesanal.

A forma como a área acadêmica é conduzida e as características do corpo docente são descritas por Thurler (2001) da seguinte maneira.

A autora afirma que no meio acadêmico o que impera é uma postura individualista do docente em detrimento de um ambiente de cooperação.

Sobre o individualismo docente Thurler (2001, p. 67) afirma o seguinte:

O individualismo não é imposto aos professores. Eles tiram ampla vantagem dele e contribuem para reproduzir o sistema, mesmo quando o toleram mais ou menos confusamente [...] O individualismo está inscrito, em ampla medida, na história da organização escolar e do corpo docente.

Aqui nota-se que a postura individual do docente é de cunho histórico, amplamente praticado nas instituições e remete o docente a uma zona de conforto, na qual seus pares não o incomodam e a recíproca também é verdadeira.

Thurler (2001, p.69-75) aborda a questão entre individualismo e cooperação profissional como sendo uma interação estratégica e que existem estágios intermediários entre eles. A autora afirma que dados empíricos apontam para a existência de uma gradação contínua na maneira pela qual as instituições de ensino administram a interação estratégica, cada uma obtém resultados diferentes em função do modelo de relações profissionais existente, que de acordo com a autora podem ser lembrados três tipos:

- **Balkanização:** uma cooperação contra o resto do mundo. Neste tipo de instituição formam-se diversos grupos coesos o que torna difícil a tomada de decisão que vá ao encontro da totalidade dos docentes e dos grupos.
- A “grande família”: a solidariedade como cooperação aparente. Mesmo neste modelo de grande amizade e cooperação um docente não assiste a aula do outro e também não ocorre interferência nas práticas pedagógicas adotadas.
- A **colegiatura forçada** é uma cooperação imposta de cima para baixo. Os defensores da colegiatura forçada acreditam ser possível forçar a cooperação e a parceria por via administrativa, para tanto se faz necessário o seguinte: a) a colegiatura forçada não pode ser rapidamente substituída por uma cultura de cooperação, o tempo é fator fundamental para a transição e consolidação dos modelos acadêmicos de gestão; b) pode ser considerada uma afronta pelos docentes, por ignorarem completamente a cooperação espontânea já existente e também por não terem uma visão ampla da instituição e da condução dos processos de transição dos modelos acadêmicos de gestão; c) pode levar à proliferação de encontros e atividades paralelos que podem causar não apenas a sobrecarga do docente mas a extinção dos espaços informais já escassos em uma instituição de ensino.

A busca por uma cooperação profissional de fato é colocada por Thurler como sendo a adoção de atitudes e valores que sirvam de base sólida para a construção de um modelo de gestão acadêmica baseado na cooperação. Não é a adoção pura e simples da balkanização, da

grande família ou da colegiatura forçada que garantirá a real cooperação acadêmica e sim a construção, por parte da administração superior da instituição, de um conjunto de atitudes e valores que passem a permear e solidificar a cooperação profissional como segue: hábito da ajuda e do apoio mútuo, confiança e franqueza mútua, participação de cada um nas decisões coletivas, clima caloroso, bom humor, camaradagem e o hábito de expressar seu reconhecimento.

Outro ponto que pode contribuir para a cooperação profissional é a adoção de um sistema de contratação de docentes e atribuição de disciplinas que tome por base um modelo que leve em consideração os seguintes critérios:

- A experiência (acadêmica e não acadêmica) do docente;
- Perfil e habilidades interpessoais do docente;
- O conteúdo programático da disciplina a ser ministrada;
- O projeto pedagógico do curso;
- A cultura organizacional da própria IES.

A simples adoção destes critérios pode gerar o sentimento de que existe um sistema de reconhecimento por mérito na administração da IES na qual são valorizados critérios profissionais e não os laços de amizade e camaradagem que faz surgir grupos de poder e descartam os demais docentes, o que não é nada favorável à cooperação profissional.

Considerações Finais

A questão, ora proposta, é o desafio das IES na construção de projetos pedagógicos no momento atual pelo qual passa a educação superior no Brasil e as constantes exigências do mercado de trabalho em preparar o aluno para ocupar postos de trabalho diferenciados e que exigem uma série de habilidades específicas, somando-se a isto a postura de consumidor do próprio aluno influenciado pela mensagem publicitária de algumas IES que afirmam preparar integralmente o seu aluno para o mercado de trabalho, como a frase "aqui o aluno aprende na prática" e outras frases de efeito.

Este conjunto de fatores acaba por dificultar a construção de projetos pedagógicos mais perenes que visem à preparação do aluno não só para o mercado de trabalho, mas também para a vida, no sentido de que ele compreenda e emita opiniões sobre os problemas que o rodeiam de forma crítica com base em um processo de reflexão sobre a realidade.

Por outro lado, a IES ao construir seu projeto pedagógico precisa se preocupar com o papel que os professores devem desempenhar dentro dela e como será a realidade dos cursos no dia-a-dia, mantendo uma relação homogênea e coerente entre os valores da IES, o projeto pedagógico institucional, o projeto pedagógico do curso, a coordenação e o corpo docente para atingir os objetivos propostos.

Portanto, a IES deve optar por um modelo de gestão que se adeque plenamente aos seus valores e vá ao encontro do perfil de seu alunado, passando pela contratação de coordenadores e professores que estejam dentro do escopo proposto, isto fará com que as mudanças constantes dos projetos pedagógicos sejam mais rapidamente absorvidas por toda a equipe de trabalho e que se perenizem práticas pedagógicas reflexivas, éticas e imbuídas pela necessidade da pesquisa não só pela pesquisa, mas como forma de compreensão e de transformação do mundo e das pessoas.

De qualquer forma é sintomática a falta de docentes qualificados a assumir práticas profissionais que exijam dele uma postura reflexiva e transformadora sobre a educação no Brasil. Ao mesmo tempo, formar profissionais que possam competir em pé de igualdade no mercado de trabalho e, por sua vez, servirem como agente de mudança em relação à realidade social vigente e no combatente às mazelas públicas demonstra-se como sendo um dos papéis fundamentais da universidade.

Não é excesso de ceticismo, mas parece que nos encontramos em um labirinto no qual a má formação do professor aliado a ganância desmedida de algumas IES faz perpetuar o ciclo vicioso da exclusão social, ao criar profissionais de categorias diferentes. Profissionais não reflexivos e reprodutores de pensamentos e ações que ratificam o senso-comum e servem somente para atender formalidades impostas pelo mercado. Sem se darem conta que não passam de mais uma peça em um sistema intrincado, com a falsa sensação de inclusão em uma totalidade imposta pelo processo de globalização (cultural, econômica, financeira) e, ao mesmo tempo, vivendo em um mundo fragmentado.

Referências

- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Cláudio de Moura. Ensino de massa: do artesanato à revolução industrial. In: STEINER, João E.; MALNIC, Gerhard (orgs.). *Ensino Superior: conceito e dinâmica*. São Paulo: Edusp, 2006.
- FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria T. L. *Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- PERRENOUD, Philippe. *A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. *Docência no ensino superior*. Volume I. São Paulo: Cortez, 2002.
- SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. *Compreender e transformar o ensino*. 4ª ed. Porto alegre: Artmed, 1998.
- _____. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- _____. *O espaço dividido*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SGUISSARI, Valdemar. *Educação superior no limiar do novo século: traços internacionais e marcas domésticas*. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 3, n.7, p. 121-144, set./dez. 2002.
- THURLER, Mônica Gather. *Inovar no interior da escola*. Porto Alegre: Artmed, 2001.